



Operação Compliance Zero

Senador Jaques Wagner é alvo de ação da Polícia Federal por suspeita de ter recebido propina de Vorcaro para defender os interesses do banco no Congresso. Esta é a primeira vez que a operação sobre as fraudes mira políticos ligados ao governo

Lula Marques/Agência Brasil

Escândalo do Master atinge líder do governo Lula



O senador Jaques Wagner teria atuado em propostas para ampliar o crédito consignado, em iniciativas relacionadas ao aumento de cobertura do FGC e na tentativa de venda do Master ao BRB

» RENATO SOUZA
» IAGO MAC CORD
» LETÍCIA PASSOS
» ALÍCIA BERNARDES



A Polícia Federal sustenta que foram identificados elementos indicativos de recebimento de vantagens econômicas indevidas pelo parlamentar, direta ou indiretamente"

Trecho da decisão de Mendonça

supostamente, como articulador de emendas sobre crédito consignado e a respeito do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). A diligência aponta que o parlamentar mantinha relação próxima e antiga ao também investigado Augusto Lima, ex-sócio de Daniel Vorcaro.

A investigação mostrou que a ligação entre ambos se sustentava em uma dinâmica de troca de interesses, na qual Wagner recebia vantagens econômicas e, em retribuição, atuava a favor do Master.

Apartamento

Um dos benefícios recebidos pelo senador petista envolve a aquisição de um apartamento avaliado em R\$ 2,4 milhões em Salvador, no empreendimento Poème Horto. Os dados sobre o edifício, conforme a PF, foram encaminhados pelo parlamentar a Augusto Lima, que atuou nas negociações relacionadas à compra do imóvel.

Outro eixo da apuração diz respeito à atuação de Wagner em pautas legislativas de interesse do

Master. Segundo a PF, mensagens e registros de contato indicam que o senador acompanhava discussões relacionadas à Emenda nº 11 à PEC nº 65/2023, que tratava do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

A corporação descreve uma sequência de interações envolvendo Augusto Lima, Daniel Vorcaro, Guilherme Sodré (sobrinho de Wagner, que também foi alvo de buscas) e integrantes do gabinete do congressista.

Em 13 de agosto de 2024, data em que a emenda foi apresentada, Lima fez uma ligação para Wagner com duração de pouco mais de nove minutos. Na sequência, encaminhou ao parlamentar o link da proposta. Dias depois, após um encontro presencial entre ambos, o material foi reenviado ao senador.

O relatório da Polícia Federal destacou que Wagner tentou usar o mandato para atuar na compra do Master pelo Banco de Brasília (BRB). A corporação afirmou que foi identificada "atuação parlamentar voltada à fiscalização e controle da operação de potencial aquisição do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB)".

Em uma conversa registrada em março de 2025, Lima escreveu ao parlamentar: "Você mais do que ninguém sabe da minha história e faz parte disso", ao comentar as tratativas envolvendo a compra do Master pelo BRB, posteriormente barrada pelo Banco Central.

Na avaliação dos investigadores, a proximidade entre ambos teria criado um "ambiente propício" para a defesa de interesses privados ligados ao banco. A PF afirma ter identificado mensagens, chamadas telefônicas, encontros presenciais, viagens em aeronaves e interações familiares entre os envolvidos, elementos que, segundo ressaltam, demonstrariam um vínculo próximo.

Divulgação/Polícia Federal



PF apreende US\$ 49 mil em apartamento usado pelo senador no DF

Divulgação



O apartamento em Salvador é avaliado em R\$ 2,4 milhões

As frentes de atuação

O senador Jaques Wagner (PT-BA) é suspeito de ter usado o mandato parlamentar para atuar em favor do Banco Master em pelo menos três frentes, segundo a investigação da Polícia Federal.

Uma das frentes envolveu o crédito consignado, com o objetivo de aumentar a margem de empréstimos descontados em folha para trabalhadores da iniciativa privada, aposentados e pensionistas do INSS. As discussões também incluíram a autorização para que beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de programas federais de transferência de renda passassem a ter acesso a esses empréstimos.

Segundo os investigadores, essa articulação resultou na apresentação de uma emenda posteriormente incorporada à legislação que ampliou o acesso a essa modalidade de crédito.

A PF destaca que a pauta tinha ligação direta com os negócios do empresário Augusto Lima, responsável por implementar, durante os governos de Wagner na Bahia, um sistema de crédito consignado para servidores públicos que, mais tarde, foi incorporado ao Master. Batizado de Credcesta, o modelo se tornou um dos principais ativos financeiros da instituição de Vorcaro.

Em sessão no Senado, em 13 de maio, Wagner defendeu a operação que privatizou a Empresa Baiana de Alimentos e incluiu o repasse, ao Master, do cartão Credcesta.

A segunda frente de articulação de Wagner envolveria discussões sobre mudanças no Fundo Garantidor de Crédito. Segundo a PF, a ampliação da cobertura do fundo, que acabou não se concretizando, era de interesse do Master, que utilizava a garantia do FGC como um dos principais instrumentos para captar recursos no mercado. As investigações já haviam mostrado que o senador Ciro Nogueira (PP-PI) recebeu pronta e apresentou emenda no mesmo sentido. O parlamentar do PP nega.

Na terceira frente, os investigadores apontam a atuação de Wagner na tentativa de venda do Master ao BRB, operação considerada estratégica para Vorcaro e rejeitada pelo Banco Central.

Na avaliação da PF, mensagens indicam que o líder do governo Lula no Senado não acompanhava o tema como observador, mas mantinha papel relevante de interlocução. Entre março e setembro de 2025, o BRB tentou adquirir o Master. O Banco Central vetou o negócio e, meses depois, decretou a liquidação extrajudicial da instituição de Vorcaro.

Imóvel, voos em jatinho e ingressos para shows

O empresário Augusto Lima, controlador do agora liquidado Banco Pleno, também foi alvo da Polícia Federal, ontem, e teve endereços vasculhados na Bahia, em São Paulo e no Distrito Federal.

Agentes apreenderam o celular da mulher dele, Flávia Peres, ex-ministra da Secretaria de Governo de Bolsonaro. Ela preside o Instituto Terra Firme, alvo de buscas em Salvador. Lima prestaria depoimento ontem à PF, mas desistiu após ter sido alvo da Compliance Zero.

A defesa dele afirmou que as diligências foram "desnecessárias", uma

vez que o ex-sócio do Master já estava à disposição das autoridades. "Augusto Lima sempre atuou dentro dos limites da lei, com transparência, responsabilidade técnica e observância das normas que regem o sistema financeiro e a administração pública." O ex-banqueiro chegou a ser preso na primeira fase da Compliance Zero, em novembro do ano passado.

Conforme a PF, o senador Jaques Wagner (PT-BA) negociou com Lima, pelo WhatsApp, a aquisição do imóvel de R\$ 2,5 milhões na capital baiana. Os investigadores afirmam que diálogos e outros

elementos indicaram a existência da transação, que seria uma contrapartida por ações do senador a favor do Master. O prédio onde fica o apartamento está em construção.

Nas conversas no celular de Lima, o senador enviou o contato do gerente do empreendimento com as informações para a aquisição. "A unidade é a 1702 e o preço é 2,45 mi", escreveu. Lima compartilhou o contato de advogado vinculado ao Master que viabilizava aquisições de imóveis. A operação foi feita por meio de uma empresa — segundo a PF, isso ocorreu para ocultar o verdadeiro dono

do apartamento. Essa empresa recebeu recursos da Reag gestora de fundos de investimento que tinha conexões com o Master.

Além do imóvel, repasses a familiares do senador estão na mira da PF. A investigação aponta que a BN Financeira, empresa associada à família de Wagner, recebeu R\$ 3,5 milhões de companhia vinculada a Lima. Em mensagens, o enteado do senador, Eduardo Sodré, o "Dudu", cobra pagamento do ex-sócio do Master.

Em setembro de 2025, Dudu alertou que havia boletos prestes a vencer. Lima respondeu que a

situação estava "crítica" por causa do fracasso da venda do Master ao BRB. Um mês depois, segundo a PF, foi efetuada transferência de R\$ 3,5 milhões para a BN por uma empresa ligada ao grupo de Lima. A defesa de Dudu não foi localizada.

Diálogos extraídos no celular de Lima indicam ainda que ele emprestou seu avião particular para Wagner em diversas ocasiões. As conversas também citam pedido do senador de ingressos para o camarote de show nos EUA. A compra custou R\$ 63 mil, segundo a PF, e foi feita pela Reag.